

REFLEXÕES SOBRE AS COMPETÊNCIAS E A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Ana Carolina Vaz dos Santos¹

Solange Emilene Berwig²

Resumo: Através das aproximações sucessivas com os diversos conhecimentos que conduzem a formação em Serviço Social, os/as estudantes/as vão consolidando seus processos de aprendizado sobre a profissão e constituindo suas próprias inquietações, que conduzem a formulação de novos saberes, e de aprofundamento do processo formativo. Assim, este artigo objetiva refletir sobre os processos de trabalho desenvolvidos pelos/as assistentes. Para isto, o artigo foi desenvolvido metodologicamente com base em uma revisão bibliográfica a partir de dois temas centrais – as competências profissionais do Serviço Social e, a identidade profissional da categoria. Este estudo é fruto das aproximações sucessivas e experiências no percurso formativo que tem instigado tais reflexões. Os aspectos definidos neste estudo apontam para a importância de um processo contínuo e auto reflexivo sobre as competências profissionais do serviço social e a realidade social das condições do cotidiano de trabalho que assolam os/as assistentes sociais enquanto trabalhadores/as assalariados/as, elementos estes que incidem no campo de ação da profissão na perspectiva de reafirmar e/ou refutar identidades construídas e atribuídas.

Palavras-chave: Serviço Social. Identidade Profissional. Competências Profissionais.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo possibilita reflexões acerca dos processos de trabalho desenvolvidos pelos/as assistentes sociais e a relação com a identidade profissional. Oportunizando, a construção de subsídios para iluminar a formação profissional e, conseqüentemente, futuras intervenções baseadas na articulação dos conhecimentos teóricos que orientam a profissão e assim, proporcionem o atendimento das demandas dos/as usuários/as e possibilidades de

¹ Acadêmica do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq da Universidade Federal do Pampa. E-mail: anacarolina.vaz13@gmail.com

² Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq da Universidade Federal do Pampa. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

enfrentamento diante de diversas expressões da questão social. Levando em consideração, aspectos da realidade social das condições de trabalho que assolam os/as assistentes sociais enquanto trabalhadores/as assalariados/as, à guisa de um projeto ético-político profissional emancipador, inseridos/as em processos de trabalho de diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O presente estudo é resultado das reflexões tecidas em diferentes componentes curriculares. As reflexões sobre a identidade profissional despontaram especialmente pelas vivências no processo de estágio em Serviço Social I e II e pelo exercício de pesquisa durante o referido componente curricular. Este tema foi ganhando maior ênfase, uma vez que se tornou tema central da proposta para o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, as reflexões que constituem este artigo são fruto do processo de formação em Serviço Social, que levaram a autora a se debruçar sobre a temática da identidade profissional do Serviço Social, e neste estudo delimita o foco de reflexão as competências profissionais dos/as assistentes sociais e a sua identidade profissional.

Trata-se de uma análise teórico reflexiva desenvolvida com base no levantamento bibliográfico, o qual teve como recorte a produção científica da área das ciências sociais e das ciências humanas vinculadas a teoria social crítica. Para o desenvolvimento deste artigo, o conteúdo foi organizado através de uma revisão bibliográfica sobre o tema de estudo – Competências Profissionais e Identidade Profissional do Serviço Social. Considerando como fonte para tal reflexão artigos científicos e livros da área do Serviço Social, que contribuíram como arcabouço teórico para dialogar com elementos da realidade profissional.

É nesse aspecto, que desponta a formulação de saberes deste estudo, na produção de conhecimentos relacionados ao trabalho profissional do/da assistente social, buscando auxiliar na articulação dos fundamentos da profissão, igualmente, analisando criticamente os limites e as possibilidades dos espaços sócio-ocupacionais empregadores. Visto que, em tempos de ofensiva neoliberal a prática cotidiana dos/as assistentes sociais tende a se minimizar diante desta conjuntura política de retração e destruição de direitos, justamente por isso a produção de conhecimento se mostra cada vez mais indispensável para o agir profissional da categoria diante de determinadas condições objetivas impostas, caracterizando-se também como uma forma de enfrentamento a banalização das expressões da questão social no cenário neoliberal.

2 REFLEXÕES SOBRE AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social configura-se como uma profissão essencialmente interventiva, nesse sentido sua intervenção deve ser pautada em consonância com as particularidades da profissão que possui como objeto de trabalho a questão social³, que por sua vez produz processos sociais⁴ como: desemprego, violência, fome, pobreza, dentre outros, que se manifestam nos processos particulares e na subjetividade⁵ dos sujeitos atendidos nas instituições nas quais os assistentes sociais se inserem como trabalhadores assalariados (IAMAMOTO, 2012; TURCK, 2012). Tais expressões da questão social são apreendidas pelo assistente social a partir do desvendamento do modo como esses processos sociais que produzem e reproduzem as desigualdades e resistências são experimentados pelos sujeitos que os vivenciam em suas relações cotidianas (IAMAMOTO, 2012).

A questão social é o escopo do agir profissional do/da assistente social, que no intuito de desvendá-la na realidade concreta carece de um conjunto de ferramentas, teorias, habilidades que possibilitem a sua análise por meio da totalidade de processos históricos, econômicos, políticos e sociais para deste modo melhor decifrá-la e assim intervir profissionalmente (IAMAMOTO, 2012).

Destarte, ao dar forma ao seu exercício profissional o/a assistente social deve articular de forma indissociável as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que direcionam a intervenção e conseqüentemente o trabalho do profissional. Na medida que, a ação profissional condensa todas as dimensões constitutivas do exercício laboral, existe a

³Sendo o objeto de trabalho do/da assistente social a questão social, possui sua gênese na contradição entre capital e trabalho. Iamamoto (2012, p. 27) a conceitua como: “ A questão social é aprendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

⁴ Os processos sociais como desemprego, fome, violência, dentre outras expressões da questão social são produzidos pela totalidade das relações de produção compostas pela base material e pela superestrutura ideológica (TURCK, 2012).

⁵ Compreendida a partir dos processos sociais que são subjetivados na consciência dos sujeitos, pois nos termos de Marx e Engels (2005), não é a consciência que produz a vida, mas a vida que produz a consciência.

necessidade de um maior entendimento de como as competências são articuladas nos processos de trabalhos em que os/as assistentes sociais participam.

Estas encontram-se interligadas de tal forma que, uma não se constitui sem a outra, mas, ao mesmo tempo possuem qualidades distintas uma das outras, possuindo cada uma delas uma importância para o trabalho profissional. A competência teórico-metodológica corresponde ao vetor teórico utilizado para realizar leituras da realidade e a competência técnico-operativa corresponde ao modo como utilizo esse conhecimento em uma abordagem individual mediante uma entrevista, ou em uma abordagem coletiva com um grupo. Desse modo, os assistentes sociais precisam usar tais conhecimentos de modo articulado, porque isolados eles não contribuem com um trabalho condizente com os princípios éticos da categoria. Faz-se neste sentido, por meio de reflexões teóricas levantadas por Yamamoto (2012), explicar de forma sucinta as três dimensões:

- **Competência ético-política** – o/a assistente social não é um/a profissional “neutro/a”. Sua prática está à guisa de um projeto ético-político profissional interligado à um projeto societário emancipador que propõe a construção de uma nova ordem social por meio da eliminação da exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Por esse ângulo, sua execução plena é incompatível com a ordem societária vigente. Assim, é fundamental que o/a assistente social tenha uma prática profissional comprometida com os valores ético-morais expressos no Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais, na medida em que sua prática, contraditoriamente, é inserida e realizada na ordem societária do capital;
- **Competência teórico-metodológica** – o/a profissional deve ser qualificado/a para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um aprofundado conhecimento teórico e metodológico sobre a organização social do modo de produção capitalista, os elementos que o constituem, seus reais interesses e necessidades de funcionamento, lhe permitindo enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência. Para possibilitar a captação das condições de vida dos/das usuários/as e a construção de novas possibilidades profissionais;
- **Competência técnico-operativa** – alicerçada nas outras duas dimensões é reconhecida como a dimensão que dá materialidade ao trabalho do/da assistente social. Portanto, o/a profissional deve ser capaz de conhecer e se apropriar e conseqüentemente de

criar, uma série de habilidades e competências técnicas, que o auxilie no trabalho desenvolvido junto a população usuária. Estas habilidades e competências, devem possibilitar ao profissional ser capaz de responder as demandas colocadas pela instituição empregadora, quanto pelos objetivos estabelecidos pelo próprio profissional e/ou pela dinâmica da realidade social e/ou institucional.

À vista disso, articular as três dimensões supracitadas têm sido o grande desafio para o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho. Tamanha a importância das três competências, de refletir a necessidade social da profissão, do mesmo jeito que a sua sobrevivência na contemporaneidade.

A instrumentalidade no Serviço Social desponta como a articulação do vetor teórico da profissão (método dialético crítico) com os instrumentos de trabalho utilizados com finalidade política, perfazendo a intervenção propriamente dita, aplicada em determinada realidade concreta por intermédio de sucessivas aproximações. Traz à tona barreiras que perpassam as relações cotidianas dos/das usuários/as, questões aparentemente singulares, mas que também são de natureza universal, “é na relação entre a universalidade e a singularidade que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação” (SOUZA, 2008, p. 123). Por isso se torna difícil delimitar uma intervenção profissional definitiva, visto que a realidade desvendada está condicionada a fatores sócio históricos, logo são inúmeras as possibilidades de intervenção profissional (SOUZA, 2008).

Por este motivo a necessidade de previamente o/a assistente social realizar o planejamento da sua ação para desvendar por meio de sucessivas aproximações os processos sociais que compõem o real por meio da razão, ou seja, aprender reflexivamente o movimento das categorias sócio históricas no real, ultrapassando o plano da imediatividade em busca da essência dos fatos para construir finalidades para a intervenção profissional. Demonstrando a articulação das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na definição do “para que fazer” e posteriormente o “como fazer”,

A clara definição do ‘Para quê’ da profissão, possível desde que iluminada por uma racionalidade (como forma de ser e pensar) que seja dialética e crítica, conectada à capacidade de responder eficazmente às demandas sociais, se constituirão na condição necessária, talvez não suficiente, à manutenção da profissão. Aqui se coloca a necessidade de dominar um repertório de técnicas, legada do desenvolvimento das ciências sociais, fruto

das pesquisas e do avanço tecnológico e patrimônio das profissões sociais (e não exclusividade de uma categoria profissional), mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas, criadas e recriadas no processo histórico, no movimento da realidade (GUERRA, 2004, p.115-6).

Nesse sentido, o trabalho do/da assistente social inserido/a em espaços sócio-ocupacionais está sujeito a determinadas condições, levando em consideração que o Serviço Social não se efetiva de forma autônoma em razão de não possuir todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho. Logo, não é somente pela venda da sua força de trabalho que o/a assistente social é um/a trabalhador/a assalariado/a, mas também por moldar a sua inserção sócio-ocupacional, onde a instituição organizará o processo do trabalho do qual participa (IAMAMOTO, 2012).

Nessa perspectiva, reconhece-se os limites, mas também as possibilidades do trabalho do Serviço Social guiado por um projeto ético-político e inserido em um espaço sócio ocupacional, e conforme refere Iamamoto (2012) não cair no fatalismo que banaliza as necessidades impostas ao trabalho, colocando-se em uma posição profissional de inércia com práticas burocráticas nas tarefas que lhe são atribuídas, tampouco cair no messianismo de conceber uma visão romantizada da profissão e de certa forma ingênua, na medida em que acredita ser possível que o Serviço Social passe por cima das contradições estruturais, projetando uma prática inalcançável baseada em promessas.

É sob essa ótica que Iamamoto (2009) vai afirmar que os espaços ocupacionais retratam as particularidades das condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira. De tal forma, os espaços sócio-ocupacionais configuram-se como ambiente de tensionamentos históricos e correlações de força e portanto, um campo de luta do Serviço Social enquanto profissão, eis que o espaço profissional não deve ser reconhecido “[...] na ótica da demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

As/os assistentes sociais compreendem as demandas nas quais intervém nos espaços sócio-ocupacionais como produtos do modo de produção capitalista, realizando a leitura das demandas institucionais como decorrentes de aspectos econômicos, políticos e sociais. Logo, é imprescindível que as/os profissionais disponham na execução de suas ações reflexões

sustentadas por um rigor teórico em relação a lógica organizacional da dinâmica social do modo de produção capitalista, para assim reelaborar o objeto de intervenção imposto pela instituição por meio da instrumentalidade e com o auxílio das competências da profissão (IAMAMOTO, 2012). Destarte, a compreensão do objeto (questão social) de intervenção profissional implica na adoção do método dialético crítico, como vetor teórico da profissão, capaz de iluminar o entendimento da realidade objetiva.

Evidenciando, a necessidade da mediação do trabalho assalariado por parte da/do assistente social, esbarrando em rotinas institucionais e reconhecendo os limites, mas também as possibilidades de ação para buscar alternativas para além do que está posto e assim superar a demanda institucional/inicial. Por esta razão, a reelaboração do objeto, a elaboração de estratégias de ação, o planejamento e a avaliação em concordância com a realidade institucional estão presentes em todo e qualquer processo interventivo e no trabalho profissional independente do espaço sócio-cupacional (IAMAMOTO, 2012).

Vale ressaltar, que o processo de planejamento se constitui enquanto uma possibilidade de mediação entre a teoria com a prática, eis que os instrumentos utilizados na sua efetivação, “[...]englobam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, presentes na formação e no trabalho dos assistentes sociais” (FERREIRA, 2010, p. 215). É nesta ótica, que o planejamento mostra-se como uma atribuição e competência do/da assistente social, sendo reconhecido como um ato técnico, mas também político dado a sua operacionalização em consonância com o projeto ético político da profissão. Uma estratégia para superar ações tecnicistas, burocráticas, conservadoras e os tensionamentos presentes no espaço de intervenção profissional do/da assistente social,

Nesta perspectiva, o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e a otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e as providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, a avaliação e a redefinição de ação (BAPTISTA, 2003, p. 14).

Conforme Baptista (2003), sempre o ponto de partida do trabalho profissional será a demanda institucional, todavia faz-se necessário a reelaboração do objeto visto que a demanda institucional se apresenta as/aos profissionais despida de mediações que lhe dão significados totalizantes, portanto, faz-se necessário o processo de particularização do objeto a partir da realidade concreta dos/as usuários/as, para adentrar de forma mais pautada e consciente no

plano interventivo (IAMAMOTO, 2012; PONTES, 1999). Já a avaliação consiste no processo interventivo como a construção e reconstrução dialeticamente de objetos, objetivos e procedimentos e por isso não remete apenas ao momento final da intervenção, mas na possibilidade de, digamos, se alcançar outro patamar de ação interventiva. Requerendo da/do profissional uma atitude crítica para orientar as percepções quanto a demanda (BAPTISTA, 2003).

Para Pontes (1999), a reelaboração do objeto permite uma definição teleológica mais precisa, eis que o objeto de intervenção após sucessivas aproximações realizadas pela razão, está rico em determinações histórico-sociais particularizadas, o que possibilita uma visão mais ampla e profunda da realidade social para se intervir. Destacando que o/a profissional deve buscar conhecer a organização estrutural da instituição em que trabalha para criar estratégias para a reelaboração do objeto de intervenção, “deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo tempo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes” (SOUSA, 2008, p.121-122).

Ressaltando, a atitude investigativa no trabalho do/da assistente social na perspectiva de subsidiar um aprofundamento sobre as demandas, para assim proporcionar intervenções e questionamento sobre a realidade concreta dos/das usuários/as, deixando de lado uma intervenção focalizada que atua somente no imediato, focando o exercício profissional na totalidade dos fatos (SOUZA, 2008). Para tanto, são necessárias sucessivas aproximações ao objeto, onde o/a profissional irá lançar mão de instrumentos, técnicas, habilidades, articulando-os com as competências teórico-metodológicas com fins de desvendar as mediações que articulam a situação imediata com as relações de produção, mediações necessárias para o desvendamento do real que, nos termos de Kosik (1976), expressam e ocultam os processos universais nas complexas e confusas relações cotidianas.

O processo de desvelamento da realidade concreta dos/as usuários/as é realizado por intermédio de sucessivas aproximações, sendo que tal movimento é orientado pelas categorias centrais do método dialético crítico (historicidade, totalidade e contradição). Visto que, é através do movimento de apreensão da realidade que se busca compreender como a questão social se manifesta na vida do/a usuário/a, começa-se a ter noção da real complexidade da expressão da questão social demandada pelo usuário. Pois, “[...] quem chega para o assistente social, inicialmente, é alguém que traz uma demanda individual que nem sempre mostra o real

de modo mais aprofundado” (TÜRCK, 2012, p. 35).

De tal modo, não é possível em um único atendimento desvendar as expressões da questão social na vida das/os usuárias/os, muito menos apreender as mediações que funcionam como condutos por onde fluem várias esferas do real, possibilitando conceber a realidade enquanto totalidade e desta forma desvelar como estas expressões são produzidas e reproduzidas em suas vidas cotidianas. Por isso, deve-se buscar no horizonte do exercício profissional conhecer o cotidiano da população usuária suas condições objetivas e subjetivas, pois é no cotidiano que a/o profissional exerce sua instrumentalidade, nele estão expressas as demandas imediatas e igualmente as respostas aos aspectos imediatos, em razão de que a intervenção profissional deve ser propositiva em qualquer situação.

3 REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A categoria identidade configura-se como uma forma de conhecer a profissão, refletindo sobre a sua natureza e particularidades históricas, uma vez que esta é um produto histórico, logo adquire sentido e compreensibilidade no curso da sociedade da qual é parte e expressão,

Sob o ponto de vista dialético, a identidade é uma categoria sócio histórica que pulsa com o tempo e com o movimento, a partir de determinações políticas, sociais, econômicas, históricas, culturais. Como categoria ético-política, cujo corolário natural é a consciência, a identidade constrói-se no fértil terreno da diferença, no interior de relações sociais antagônicas (MARTINELLI, 2013, p. 145).

Assim, a identidade profissional deve ser desvendada dialeticamente, levando em consideração as relações de estruturas, conjuntura e cotidiano que redimensionam e determinam formas de acesso a interpretação de determinações da realidade que compõem os elementos constitutivos da formulação de uma identidade, eis que “a pergunta pela identidade é uma pergunta de natureza ontológica que remete a pensar não apenas no que as profissões são, mas como aparecem socialmente e como participam do processo de reprodução social” (MARTINELLI, 2013, p. 151).

Nesse aspecto, a identidade profissional é constituída, na dinâmica das relações sociais, por duas dimensões: (1) construída e (2) atribuída. A primeira refere-se à identidade

concebida no movimento histórico da sociedade e remete a modos de ser e de aparecer socialmente das profissões. A segunda diz respeito a identidade que decorre de compreensões e de circuitos externos às próprias profissões (MARTINELLI, 2013). Para Martinelli (2013), ambas se constroem coletivamente, destacando que as identidades profissionais não são estáticas muito menos definitivas, se reificam e retificam no movimento circunscrito das relações sociais. Inferindo a importância de analisar a história da profissão, de forma crítica e complexa, para resgatar o que ela trás para o presente. Em outras palavras, o delineamento e o estudo histórico da profissão trazem à tona a sua identidade profissional.

Logo, a identidade profissional vai se construindo ao longo da história, através de processos de ressignificação. Trazendo a cena a identidade profissional do Serviço Social, foi construída e atribuída historicamente por sua gênese concebida por uma identidade alienante e alienadora⁶, onde a prática profissional disseminava ações mecânicas e reprodutoras do modo de produção capitalista, “a profissão não ganhava legitimidade entre os usuários nem valorização, seja na consciência popular, seja, paradoxalmente, na consciência de muitos de seus agentes” (MARTINELLI, 2007, p. 143). Assim, a identidade imposta pela ideologia burguesa submergiu a profissão na alienação de propósitos, tornando frágil sua consciência social de modo a isolar-se dos processos históricos.

A referida identidade profissional do Serviço Social ganha novos contornos no percurso dialético da dinâmica social da profissão, em meio as relações de poder que atravessam a sociedade e que se explicitam nas práticas profissionais. Dado que a identidade do fazer profissional é atravessada por contradições e tensões, nesse sentido o/a assistente social no decorrer dos anos passou a exercer novas funções no mundo do trabalho. A partir da direção social presente no Projeto Ético Político da profissão, alicerçada no Código de Ética do/da Assistente Social e na Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão o Serviço Social firma compromisso com as classes populares e com articulações contra-hegemônicas, dando um novo sentido e uma nova identidade profissional para a categoria (MARTINELLI, 2006).

Em contraponto, a identidade socialmente atribuída a profissão parece não acompanhar o seu processo de transcendência, não atentando ao movimento histórico da categoria e conseqüentemente da sociedade, isso fica em evidência quando na divisão sócio técnica do trabalho são designadas ao Serviço Social representações e atribuições de cunho

⁶Alienada porque os/as profissionais estavam alheios as finalidades do seu trabalho profissional e alienadora pois seu exercício profissional alienava os/as trabalhadores/as fazendo com que acreditassem que o Estado intervia de maneira plena em relação as questões da população (MARTINELLI, 2007).

subalterno, como refere Martinelli (2006, p. 10), “preocupa-me constatar que algumas vezes estamos construindo identidades pela negatividade, visualizando-se o Serviço Social como uma profissão que atende a tudo aquilo que não é específico das demais profissões sociais”. Despontando, a necessidade de se analisar o exercício profissional cotidiano a luz da categoria identidade profissional, eis que conforme já abordamos a identidade é construída coletivamente, portanto, ela é construída no cenário público, na vida cotidiana em conjunto com a dinâmica social e com os sujeitos que materializam a profissão – assistentes sociais e usuários/as. Nesta perspectiva, Martinelli (2006, p. 14-16) novamente infere que o cotidiano corrobora com a construção da identidade profissional,

Somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza.

É dentro da vida cotidiana que o/a profissional exerce a instrumentalidade da profissão, de modo que é no cotidiano que se dá a construção e reconstrução da identidade profissional. Ressaltando, que se utiliza analiticamente o cotidiano com um espaço contraditório e complexo, onde as relações sociais e as demandas profissionais se expressam, e não enquanto um espaço repetitivo e vazio (MARTINELLI, 2006). Nesta direção, HELLER (2004) refere que a vida cotidiana é um espaço histórico do desenvolvimento individual e social dos sujeitos, de maneira que não existe uma dualidade entre esta categoria (cotidianidade) e o trabalho, ambos fazem parte da produção e reprodução das relações sociais dos sujeitos,

[...] sem nenhuma exceção, qualquer que seja sua posição na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por insubstancial que seja, que vive tão somente na cotidianidade embora essa o observa preponderantemente (HELLER, 2004. p. 17).

Desta forma, a vida cotidiana é um campo de mediações dos processos sociais, é a vida que todo mundo vive, e por sua vez não está livre de implicações e determinações

especialmente para as pessoas que dividem o mesmo contexto histórico-social (HELLER, 2004). É nesta perspectiva que se torna importante discutir reflexivamente sobre as nuances da vida cotidiana, especialmente para o campo interventivo do Serviço Social, no intuito de mediar os fatos da vida social dos/as usuários/as com a dinâmica da realidade (PONTES, 1999).

Retomando ao cotidiano a despeito da identidade profissional, é possível afirmar que o cotidiano capta o/a profissional que nele encontra-se imerso/a e alheio a sua prática, que por sua vez ganha forma automatizada e desarticulada das dimensões constitutivas da categoria reverberando em práticas profissionais não condizentes com os objetivos da profissão, em seu uso e reconhecimento social e na singularidade da relação com os/as usuários/as. Isso ocorre dado as características centrais do cotidiano as quais o/a profissional encontra-se embebido/a, que correspondem a um espaço de não criticidade, de respostas simples e imediatas para problemas complexos, de não reflexão, de pragmatismo e de alienação (CARDOSO, 2013).

Diante de tais dificuldade conferidas ao fazer profissional, torna-se importante levantar insumos para o seu enfrentamento, para isso destaca-se a relativa autonomia dos/as profissionais em dispor de prerrogativas para sua atuação que decorrem dos estatutos legais e éticos como o Código de Ética do/da assistente social e a Lei de Regulamentação da Profissão que dispõem sobre o exercício profissional, suas competências, atribuições privativas, prescrevendo uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução da prática, além das entidades organizativas como o Conjunto CFESS/CRESS (COSTA; SEVERINO, 2015, p. 5).

Visto que, a partir de tais compromissos coletivamente construídos pela categoria que o Serviço Social estabeleceu legitimidade, funções sociais e direção ética, logo o seu exercício profissional colabora com a definição e dá contornos para a identidade profissional, visto que o trabalho profissional é o modo de ser/aparecer socialmente da profissão é o conjunto das respostas socialmente construídas para responder às demandas que incidem em seu campo de ação na perspectiva de reafirmar e/ou refutar identidades construídas e atribuídas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo exposto, é extremamente importante a articulação dos fundamentos teóricos,

operativos e éticos da profissão no cotidiano de trabalho da/do assistente social, igualmente reelaborar o objeto de intervenção, efetivar o processo de planejamento, realizar as sucessivas aproximações para assim desvendar as demandas que chegam até a/o profissional, não centrando as ações interventivas somente na perspectiva das finalidades institucionais, mas também das demandas concretas identificadas no curso da realidade, na totalidade das relações sociais e na relação entre profissionais e usuários/as.

Logo, é essencial intervenções profissionais harmônicas com a utilidade social da profissão, posto que a própria atuação em políticas sociais interdita aos profissionais a visão de totalidade e os submete a prática “microscópica, nos fragmentos, nas refrações e nas singularidades” (GUERRA, 2000, p. 57), uma vez que os estudos nessa temática demonstram cada vez mais a preocupação com a intervenção profissional das/dos assistentes sociais no que diz respeito a práticas condizentes com os fundamentos da profissão, sob o risco da manutenção da própria na sociedade e a necessidade de uma maior apropriação da teoria social crítica que ilumina a intervenção da profissão com momentos e espaços de estudos permanentes para os/as profissionais.

Despontando assim, a categoria identidade profissional para discutir acerca do fazer profissional nas tramas das relações sociais em uma sociedade capitalista mergulhando no cotidiano profissional onde os sujeitos que a compõem estão imersos – assistentes sociais e usuários/as, para assim (re) pensar o lugar social do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho possuindo como pano de fundo reflexões éticas e políticas. Visto que, o atual cenário no qual o Serviço Social está inserido pede uma análise ontológica mais consistente, uma vez que as profissões não podem ser pensadas distantes da sociedade onde se materializam. Cenário este de expansão do pensamento conservador e reacionário nas mais diversas relações cotidianas, de insuflamento da mercantilização do ensino superior, principalmente, via ensino a distância sem garantias efetivas de qualidade na formação, favorecidos pelo ideário neoliberal demandam a necessidade de um debate e reforço das competências profissionais e da identidade profissional do Serviço Social, uma vez que afetam seu Projeto Ético - Político e repercutem nos processos de formação/trabalho do/a assistente social, cuja concepção profissional incide em um perfil crítico e propositivo que consegue chegar mais perto possível da vida cotidiana das pessoas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: 2003.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

COSTA, Roberta Vlândia Braga; SEVERINO, Evânia Maria Oliveira. **Serviço Social e Identidade Profissional no Espaço Hospitalar**. In I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, 2015, Londrina/PR. Anais ... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. p. 1 - 12. Disponível em:<http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo3/oral/51_servico_social_hospitalar.pdf>. Acesso em: 19 jun. de 2019.,

FERREIRA, José Wesley. **Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais**. In. Textos e Contextos, v. 9, nº 2, p. 209-217. Porto Alegre: 2010. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7388/5783>>. Acesso em: 27 abr. de 2019.

GUERRA, Yolanda. **A propósito da instrumentalidade do Serviço Social**. In. **Debates Sociais**. Rio de Janeiro: n. 63 e 64, CBCISS & ICSW, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIL, Karel. **Dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise**. In. *Serv. Soc. & Saúde*, Campinas/SP, V. 12, n 2 (16), p. 145-156, jul/dez. 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ana%20Carol/Downloads/8639491-9934-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Carol/Downloads/8639491-9934-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional**. Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, *Rev. Emancipação*, 6(1): 9-23, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

SOUSA, Charles Taniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa: Emancipação, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117>>. Acesso em: 25 abr. de 2019.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço social – Metodologia da Prática Dialética**. Porto Alegre: GRATURCK, 2012.